

07 NOV 2018

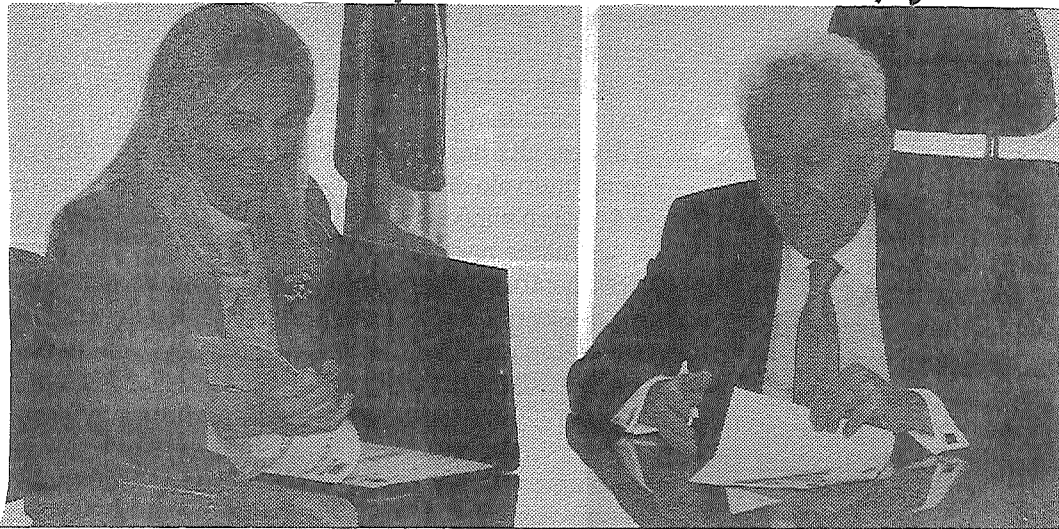
# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Governo do PR  
entrega plano  
para quitar  
precatórios  
até 2024**

O Governo do Estado apresentou ontem ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) um cronograma que prevê a quitação de precatórios até 2024. O documento integra o Plano Anual de Pagamentos de Precatórios

## **Governo entrega plano para quitar precatórios até 2024**

*Dívida do Estado com os precatórios está estimada em R\$ 9,3 bilhões*



A governadora Cida Borghetti ao lado do presidente do TJPR, desembargador Renato Braga Bettega

O Governo do Estado apresentou ontem ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) um cronograma que prevê a quitação de precatórios até 2024. O documento entregue pela governadora Cida Borghetti integra o Plano Anual de Pagamentos de Precatórios e estabelece como fontes de recursos o Tesouro Estadual, com 2% da receita corrente líquida (RCL), valores de depósitos judiciais.

A dívida do Estado com os precatórios está estimada em R\$ 9,3 bilhões. Para o exercício de 2019, o Governo do Estado reservou R\$ 1,35 bilhão para a quitação deste tipo de dívida. “Enquanto diversos estados

ainda se ressentem dos efeitos da crise, e têm dificuldades para pagar as contas do mês, o Paraná pode se comprometer com a quitação destas dívidas que, em muitos casos, estão há anos esperando por uma solução”, afirmou a governadora Cida Borghetti.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Renato Braga Bettega, afirmou que houve um esforço conjunto para solucionar essa questão. “A apresentação do plano demonstra uma postura democrática do Governo do Estado e evidencia o esforço do Estado de quitar essa dívida histórica”, afirmou. Segundo ele, entre 2017 e 2018 o Go-

verno do Estado destinou R\$ 1,2 bilhão para o pagamento de precatórios.

### **PLANO ANUAL**

O Plano Anual deverá ser executado entre janeiro e dezembro, com desembolso mensal de aproximadamente R\$ 113 milhões, com recursos do Tesouro Estadual e de depósitos judiciais. “O plano apresentado ao TJ-PR garante recursos para esses pagamentos, demonstrando assim a responsabilidade, o compromisso e o respeito da governadora com os paranaenses”, afirmou o secretário de Estado da Fazenda, José Luiz Bovo.

07 NOV 2018

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Desafio do Judiciário é manter a segurança jurídica

Uma grande Nação é feita de instituições. O mais importante é que nossa Constituição tem garantido a democracia e a solidez das instituições brasileiras. A avaliação é do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli.

Ele discursou na manhã desta terça-feira (6/11), em Brasília, durante evento em comemoração aos 30 anos da Constituição, promovido pela Editora Fórum.

Em sua palestra, Toffoli afirmou que o grande desafio do Poder Judiciário nos próximos 30 anos está na manutenção da segurança jurídica neste mundo cada vez mais hiperconectado, onde os conflitos e as mudanças ocorrem em uma velocidade crescente.

“Não podemos desanimar. Se olharmos para trinta anos atrás, quando a Constituição foi promulgada, vamos perceber que o Brasil avançou e avançou muito”, disse.

Em seu discurso, o ministro relembrou momentos históricos da política brasileira, como as manifestações de 2013, eleições acirradas de 2014, impeachment da Presidente da República em 2016. Em 2017, duas denúncias apresentadas contra o presidente da República e em 2018, prisão de um ex-presidente da República.

“Todos os impasses foram resolvidos pelas vias institucionais democráticas, com total respeito à Constituição e às leis. E o Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal, foi o grande árbitro”, disse Toffoli.

Para o ministro, é importante destacar que a nossa Carta Magna redesenhou o Poder Judiciário no Brasil. “Temos um Judiciário fortalecido, independente e atuante, que cumpre sua função de garantir a autoridade do direito e da Constituição. A Constituição de 1988 atribuiu ao Judiciário a importante missão de ser o guardião dos direitos assegurados no texto constitucional e lhe conferiu mecanismos para limitar os poderes atribuídos ao Executivo, ao Legislativo e ao próprio Judiciário”, pontuou.

### Papel Moderador

Toffoli destacou ainda que a Justiça brasileira, em especial por intermédio da Suprema Corte, passou a exercer o relevante papel de moderador dos conflitos que surgem na sociedade.

“Atuou em diferentes searas: em conflitos federativos, na mediação de atividades econômicas e político-partidárias, na defesa dos direitos fundamentais, sociais e culturais e na proteção das minorias”, afirmou.

Para o ministro, a Justiça contemporânea passou a ser cada vez mais demandada para resolver questões de grande complexidade, sejam elas de natureza social, ética, cultural, econômica ou política.

“O Poder Judiciário de hoje é diferente daquele pré-Constituição de 1988, voltado à resolução de conflitos individuais entre os particulares ou entre os cidadãos e o Estado, aplicando a lei aos casos concretos específicos”, concluiu.

07 NOV 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Dodge: não basta reverenciar Constituição em atitude contemplativa**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, exaltou ontem os avanços da Constituição de 1988, mas disse que não basta reverenciá-la em atitude contemplativa. Logo no início de seu discurso, Raquel fez questão de destacar a liberdade de imprensa, a autonomia universitária e as liberdades individuais. Segundo ela, a Constituição estabeleceu “um governo de leis”.

“A Constituição de 1988 instituiu um governo de leis. Não é pouco. É um feito extraordinário, porque o governo de leis é uma das principais marcas do mundo civilizado, pois garante liberdades essenciais à democracia, que são as liberdades de imprensa, de expressão, de opinião e de crítica, de cátedra e reunião. Também garante autonomia universitária para que a inovação, o saber e o aprendizado desenvolvam-se sem amarras. O governo de leis promove paz e estimula a concórdia, que são virtudes da justiça”, afirmou.

07 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Moro diz que Bolsonaro é "moderado, sensato e não ameaça Estado de Direito"

## Juiz, que chefiará pasta da Justiça, exibiu mais concordâncias que discordâncias com chefe, a quem disse caber 'última palavra'

Estelita Hass Carazzai  
e Camila Mattoso

CURITIBA Em sua primeira entrevista coletiva desde que aceitou o convite para ser ministro da Justiça, o juiz federal Sergio Moro caracterizou o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), como uma figura moderada, ponderada e sensata, que não ameaça o Estado de Direito nem as minorias.

"Eu não vejo, em nenhum momento, risco à democracia e ao Estado de direito", afirmou o magistrado nesta terça (6). Quando confrontado pela Folha com declarações polêmicas de Bolsonaro, ele afirmou que elas estão no passado e são muitas vezes "colocadas fora de contexto", e que, em sua opinião, o pesselista modulou o discurso ao longo das eleições.

Para ele, não há nada concreto que indique que as minorias ou a democracia serão atingidas no futuro governo.

"Quais as propostas concretas do governo que afetam ou ofendem minorias? Até o presente momento, nenhuma", disse. "Existe uma política persecutória contra homossexuais? Não existe. Não existe a possibilidade de isso acontecer. Zero. Existe um receio de algo que não está nem potencialmente presente."

Moro afirmou que, como juiz, "jamais admitiria qualquer

solução que fosse fora da lei".

Mas, apesar disso, admitiu estar numa posição subordinada a Bolsonaro, e disse que cabe ao presidente "a última palavra". "A decisão final é dele. Eu vou tomar minha decisão, se continuo ou não", declarou, sobre eventuais divergências com Bolsonaro.

Como principal discordância, Moro mencionou, durante a entrevista, a qualificação de organizações sociais como grupos terroristas, proposta por Bolsonaro —o que, para ele, "não é consistente".

Foram mais numerosas, porém, as convergências com Bolsonaro, ainda que com ressalvas —como a defesa da flexibilização da posse de armas.

Moro também se manifestou favoravelmente à revisão dos excludentes de ilicitude, que permitem a policiais não serem punidos por atirarem contra alguém em determinadas situações, mas sem que o confronto policial seja adotado como estratégia. "O confronto tem que ser evitado."

O juiz disse ser a favor da redução da maioria penal para 16 anos em caso de crimes graves, como homicídio, lesão corporal grave ou estupro, e da revisão da progressão de regime para membros de facções criminosas ou que cometeram crimes graves —o que não exclui, segundo ele, condenados por corrupção.

Ao longo de quase duas horas de entrevista, ele voltou a defender implantação de agenda anticorrupção e anticrime organizado no ministério, dizendo que irá usar estratégias da Operação Lava Jato, como a implantação de forças-tarefas.

O juiz pretende aprovar o primeiro pacote de medidas anticorrupção em seis meses, num diálogo com o Congresso. Entre elas, estão a alteração de regras de prescrição de crimes, a execução imediata da pena em sentenças de tribunais de júri (que julgam crimes contra a vida) e a proibição de progressão de regime para membros de facções criminosas.

"As propostas ainda serão conversadas no âmbito do governo, especialmente com o presidente eleito. O governo é dele, ele dá a última palavra em relação a essas proposições", declarou.

Sobre a decisão de aceitar o ministério, Moro afirmou ela "não tem nada a ver com o processo do [ex-presidente] Lula", a quem ele condenou por corrupção e lavagem de dinheiro no ano passado, e de quem Bolsonaro se tornou o principal antagonista político nesta eleição.

**CONTINUA**

“Eu não posso pautar minha vida com base numa fantasia, num alibi falso de perseguição política.” Segundo ele, o ex-mandatário petista foi “condenado e preso porque cometeu um crime, e não por causa das eleições”.

“Sei que alguns eventualmente interpretaram a minha ida como uma espécie de recompensa. É algo absolutamente equivocado, porque minha decisão [que condenou Lula] foi tomada em 2017, sem qualquer perspectiva de que o então deputado federal [Bolsonaro] fosse eleito presidente da República”, declarou o juiz. “O que existe é um crime que foi descoberto, investigado e provado. As cortes de justiça apenas reconheceram esse fato e impuseram a pena da lei. Apenas cumpriram seu dever.”

O futuro ministro declarou ainda não haver “a menor chance de utilização do ministério para perseguição política”.

Moro disse que foi sondado para o cargo no dia 23 de outubro, na semana anterior ao segundo turno. Isso foi depois, portanto, de o juiz retirar o sigilo de trechos da delação do ex-ministro Antonio Palocci, a seis dias do primeiro turno — uma decisão que foi criticada pela proximidade do período eleitoral.

## As propostas proibitórias de Moro para a Justiça

### LEGISLATIVAS

- Alteração de regras de prescrição dos crimes
- Mais clareza na lei para execução em segunda instância
- Previsão da execução das sentenças dos tribunais do júri independentemente dos recursos
- Proibição de progressão de regime prisional e da saída temporária quando houver prova de relação do preso com organizações criminosas
- Negociação de penas para casos criminais pequenos
- Regulação mais clara de operações policiais disfarçadas, espécie de infiltração de agentes
- Aumento de proteção para denunciadores anônimos

### EXECUTIVAS

- Criação de forças-tarefas temáticas
- Implementar o controle de comunicação dos presos
- Aumentar a base de dados de DNA de presos, para melhorar estatísticas de solução de homicídios
- Profissionalização do serviço público, diminuindo cargos de comissão, aumentando concursos públicos

## O QUE MORO PENSA SOBRE TEMAS POLÊMICOS

**Redução da maioria penal**  
Favorável à redução para 16 anos em caso de crimes graves, como homicídio, lesão corporal grave e estupro

**Flexibilização da posse de armas**  
Favorável, mas com limitações para não facilitar o acesso a armamento por facções criminosas. No caso do porte, defende que as regras sejam mais restritas

**Tipificação de organizações sociais como terroristas**  
Contrário

**Fechamento da fronteira com a Venezuela**  
Contrário

**Revisão dos excludentes de ilicitude (licença em algumas situações para não punir policial que atira e mata)**  
Favorável, mas sem que o confronto policial seja adotado como estratégia para coibir a criminalidade

**Fim da progressão de pena e saídas temporárias**  
Favorável, no caso de facções

# Moro no governo é oposto do que houve na Itália, diz autor

Para pesquisador da Mãos Limpas,  
juiz aceitou ministério por razões técnicas

## ENTREVISTA RODRIGO CHEMIM

Mario Cesar Carvalho

SÃO PAULO Há semelhanças, sim, entre a indicação do juiz Sergio Moro para o Ministério da Justiça com o ingresso de procuradores italianos da Operação Mãos Limpas no governo daquele país.

Mas as diferenças são muito mais importantes do que aparentes padrões repetitivos, segundo o procurador Rodrigo Chemim, um dos principais estudiosos no Brasil das investigações iniciadas na Itália em 1992 e autor do livro "Mãos Limpas e Lava Jato: a Corrupção se Olha no Espelho".

O papel de Moro na Justiça deve ser o oposto do que ocorreu na Itália sob o primeiro-ministro Silvio Berlusconi, segundo ele. "Moro tem a pretensão de alterar a lei, com melhorias, para consolidar as conquistas da Lava Jato. Me parece um efeito inverso do que houve na Itália", afirmou Chemim à Folha.

O efeito Moro seria diferente porque na Itália a chegada de Berlusconi ao poder serviu para acabar com a Operação Mãos Limpas, ainda de acordo com Chemim, e salvar os políticos que estavam sob investigação das Mãos Limpas.

O procurador também faz ressalvas quando se compara Moro com Antonio di Pietro, investigador das Mãos

Limpas que foi para o governo de Romano Prodi.

Primeiro porque Pietro não foi para a Justiça, como ocorre com Moro, mas para uma pasta de Obras Públicas. Segundo porque Prodi não era um primeiro-ministro de direita, como era o caso de Berlusconi e Bolsonaro, mas de centro-esquerda.

O pesquisador das Mãos Limpas vê semelhanças entre Moro e o declarado modelo do ex-juiz federal, o procurador Giovanni Falcone, assassinado junto com a sua mulher em um atentado a bomba ordenado pela máfia. "Acho que o Falcone é a grande inspiração do Moro por causa desse combate contra a máfia."

Há alguma semelhança entre a ida de Sergio Moro para o Ministério da Justiça de Bolsonaro e a situação de procuradores italianos à época da Operação Mãos Limpas? Há alguma semelhança, sim, mas vejo mais diferença do que semelhança. A principal diferença é que na Itália os que foram para o governo não eram juizes, mas procuradores da República. Há essa confusão porque procuradores são chamados na Itália de juizes do Ministério Público. O segundo ponto é que os procuradores recusaram o convite de Silvio Berlusconi. Dois anos depois, Antonio di Pietro, que era o principal investigador das Mãos

Limpas, se afasta da magistratura e aceita o convite para o ministério das Obras Públicas. Não é o ministério da Justiça, como é o caso de Moro, nem era o Berlusconi o primeiro-ministro, mas Romano Prodi. Ele demorou dois anos para aceitar.

Há semelhanças entre Berlusconi e Bolsonaro? Ambos são de direita, conservadores, contra os políticos que estavam no poder, mas Berlusconi estava envolvido em processos criminais e isso o levou a deixar suas empresas e ingressar vida política. Berlusconi declara que entrou na política para não ser preso por causa do foro privilegiado que tem o primeiro-ministro. Ele, inclusive, vai protagonizar uma série de mudanças na legislação que neutralizam a Operação Mãos Limpas.

Isso parece diferente do papel que Moro deve ter na Justiça. É exatamente o oposto do papel que Moro deve ter no Ministério da Justiça. Moro tem a pretensão de alterar a lei, com melhorias, para consolidar as conquistas da Lava Jato. Me parece um efeito inverso do que houve na Itália.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 NOV 2018

Moro disse em nota enviada a juizes que gostaria de ser como Giovanni Falcone, que “fez grande diferença mesmo em pouco tempo”. Isso é possível? Giovanni Falcone foi um

procurador da República. Eles chamam de juiz na Itália, mas não é juiz propriamente dito. Eles conduziu o chamado Maxiprocesso contra a máfia nos anos 1980. É uma investigação diferente da Operação Mãos Limpas. Ele finaliza a investigação no ano em que está começando as Mãos Limpas, em 1992. Falcone estava tentando mudar a legislação antimáfia quando sofre o atentado ordenado pela máfia e morre. O que talvez o Moro esteja pensando é nessa legislação antimáfia. Acho que o Falcone é a grande inspiração do Moro por causa desse combate contra a máfia.

No Brasil, a esquerda tem atacado Moro por ter aceitado o convite, com o argumento de que ele conduziu a Lava Jato de maneira partidária. Isso ocorreu na Itália com Antonio di Pietro? Ocorreu, mas não com uma força tão grande como está acontecendo no Brasil. Di Pietro foi para o governo de Romano Prodi, um primeiro-ministro de centro-esquerda, não para o de Berlusconi, que era conservador. Não me parece que o Moro tenha aceitado o convite para ser ministro por razões políticas. Me parece muito mais que ele aceitou por motivos técnicos. Até porque a Lava Jato começou há quatro anos e o Bolsonaro só passou a ter a projeção que o levou à vitória há quatro meses.



Quem é Rodrigo Chemin, 50 Procurador de Justiça no Ministério Público do Paraná, tem doutorado pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). É professor de direito penal e da pós-graduação no Centro Universitário Curitiba. Escreveu “Mãos Limpas e Lava Jato: a Corrupção se Olha no Espelho”, lançado no ano passado

07 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL Choque de realidade

A volta a Brasília como presidente eleito ofereceu a Jair Bolsonaro uma amostra concentrada das dificuldades que enfrentará. Na celebração dos 30 anos da Constituição, parlamentares se revezaram com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para lembrá-lo dos limites impostos ao Executivo. Durante o dia, líderes do Congresso avisaram que não há como aprovar reformas ali antes da posse do novo governo.

**NÃO FUI EU** Em palestra nesta segunda (5) na Universidade Harvard, nos EUA, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, lamentou o fato de que nenhum dos políticos atingidos pelos escândalos dos últimos anos tenha pedido desculpas. "As pessoas simplesmente perderam o senso crítico", disse.

**PARA TODOS** Relator do processo que pode incluir a Ordem dos Advogados do Brasil entre as entidades submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas da União, o ministro Bruno Dantas lembra que até o STF é auditado. "Ninguém nunca reclamou", diz. O caso será julgado nesta quarta (7).

### MÔNICA BERGAMO

**VITRINE** O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) começa nesta semana a julgar os casos de juizes que se envolveram na campanha eleitoral. Houve caso até de uma magistrada que posou com uma camiseta de Bolsonaro nas redes sociais.

**RESPOSTA** O corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, já recebeu a defesa de quase todos eles. E decidirá, agora, se arquivar os casos ou se manda abrir investigação.

**NOVO ENDEREÇO** No caso das reclamações contra Sergio Moro, elas podem ser encaminhadas para o Ministério Público Federal caso o juiz deixe a magistratura antes de terem sido avaliadas pelo CNJ. O órgão não julga ex-magistrados.



07 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CNJ abre investigação contra juiz por ofensas a Gilmar Mendes

BRASÍLIA O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu abrir processo contra o juiz Glaucenir Oliveira, do Rio de Janeiro, que disse que o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), teria recebido propina para conceder liberdade ao ex-governador Anthony Garotinho (PR).

Preços em novembro de 2017, o político e sua mulher, a ex-governadora Rosinha Garotinho, foram beneficiados por habeas corpus concedido por Gilmar Mendes.

Gilmar pediu a abertura de investigação sobre um áudio que circulou em redes sociais. Ele classificou o material como "graves acusações caluniosas à sua pessoa e às recentes decisões tomadas".

Glaucenir fez uma reatuação e apresentou o docu-

mento ao CNJ e pediu arquivamento do caso, que foi analisado nesta terça-feira (6).

Relator do caso, o corregedor Humberto Martins votou pela abertura de processo administrativo disciplinar, sem afastamento do cargo. Seu voto foi seguido por 12 colegas do CNJ. Ele destacou que a lei orgânica da magistratura proíbe que juízes ofereçam posicionamento contra decisão judicial. Disse ainda que a categoria deve estar unida em nome da segurança jurídica.

"O juiz não pode fazer ataque a outros magistrados. Não pode atacar pessoas como se fosse órgão revisor", afirmou. Ele entendeu que Glaucenir ofendeu a honra e a dignidade alheia e afrontou poderes da República.

07 NOV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

LUÍZA NAGIB ELUF

Advogada criminalista, ex-procuradora do Ministério Público de São Paulo e ex-secretária dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça (1995, governo FHC)

## Os novos crimes sexuais

### Lei que tipifica importunação era avanço necessário

Diante do grande número de denúncias de abusos sexuais cometidos no cotidiano, envolvendo ataques a mulheres nas ruas, nos coletivos, nos trens, ou em outros locais fechados de acesso ao público, o país subitamente percebeu que a legislação penal em vigor era inadequada para coibir tais práticas.

Por ser antiquada e não prever punição para determinadas condutas agressivas que não foram motivo de atenção em 1940, data da elaboração do Código Penal vigente, em face da completa diferenciação entre o estilo de vida da época e o atual, a lei não previu punição específica para o que hoje ocorre e se contentou com a contravenção de importunação ofensiva ao pudor, que era apenas com multa.

Atualmente, muita coisa mudou. Apesar de as mulheres terem mais informações sobre seus direitos e serem mais livres para ir e vir, de contarem com a proteção da Lei Maria

da Penha, das Delegacias da Mulher e das redes sociais, os transportes públicos tornaram-se de massa, de modo que a grande quantidade de usuários aproximou fisicamente homens e mulheres, confinados a espaços exíguos, em verdadeiras latas de sardinha.

Sendo o Brasil uma terra de aproveitadores, diante das aglomerações, alguns homens adquiriram o hábito de se esfregar nas mulheres no intuito de conseguir prazer sexual.

Além disso, a internet prestou-se à divulgação de imagens de relações sexuais aberrantes ou abusivas, a fim de achincalhar reputações, promover comércio, chantagear ou difundir o crime, como, por exemplo, a prática de sexo com crianças. Tais transgressões cibernéticas foram objeto de debates para se encontrar a acertada punição.

Sendo assim, em 24 de setembro último, sobreveio a lei 13.718, que alterou o Código Penal para tipifi-

car os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro (envolvendo ou não vulneráveis), tornar pública incondicionada a ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e determinar o aumento de pena para o estupro coletivo e o estupro corretivo, dentre outras providências.

O novo crime de “importunação sexual” tem pena prevista de um a cinco anos de reclusão, e a “divulgação de cena de estupro, de cena de sexo ou de pornografia” tem a mesma pena, se a conduta não constituir crime mais grave.

No entanto, nos dias subsequentes à entrada em vigor das novas regras, ocorreram vários casos de ataques sexuais, alguns deles noticiados pela grande imprensa, em que os suspeitos foram detidos, porém liberados na audiência de custódia.

É de se esperar que a severidade das novas penas seja incorporada pelos aplicadores da lei. As ações penais referentes aos crimes sexuais tornaram-se públicas incondicionadas, possibilitando que o Ministério Público atue independentemente da vontade da vítima.

Tal alteração, bastante acertada, veio a permitir a punição dos agressores, protegendo-se a pessoa ofendida e tornando mais eficiente a atuação da Justiça. Resta ao Brasil fazer a tão necessária mudança no padrão de comportamento de seus habitantes, ensinando novos hábitos nas escolas e dentro das famílias, bem como possibilitando maior respeito a todos no espaço público.

07 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

# 'Não enriqueci com o serviço público', diz Moro sobre adiar exoneração

Futuro ministro da Justiça confirma também que teve contato com Paulo Guedes antes do segundo turno, mas que encontro com Bolsonaro só ocorreu no dia 1º de novembro

66

*Não posso pautar minha vida num álibi falso de perseguição política"*

Mariana Franco Ramos  
Reportagem Local

Curitiba - O juiz federal Sergio Moro disse nessa terça-feira (6), em entrevista coletiva, que optou por tirar férias antes de assumir o Ministério da Justiça, ao invés de pedir exoneração direta, por questões financeiras e de segurança. Ele também confirmou que teve contato com o economista Paulo Guedes antes do segundo turno das eleições, mas negou contato prévio com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL-RJ). Foi a primeira vez que Moro falou com a imprensa desde o anúncio de que aceitou o convite de chefiar a pasta.

"Não estou praticando atos no presente; estou planejando a participação num

governo futuro. Não pedi exoneração desde logo porque não enriqueci com o serviço público. Preciso dos vencimentos do serviço público para minha manutenção. E, principalmente, o efeito colateral negativo desses grandes casos são as ameaças e riscos que os juízes sofrem. Fico imaginando: peço exoneração hoje e daqui a um mês acontece algo comigo. Como fica a minha família? Devo correr esse risco?", questionou, em pergunta feita pela FOLHA.

O Estatuto da Magistratura, o Código de Ética dos juízes e a Constituição Federal proíbem que um magistrado exerça atividade político-partidária. "Não vejo problema. Existem aí situações de fantasmas da mente e as pessoas deveriam se preo-

cupar com outras coisas. Qual o problema de o juiz tirar férias e começar a planejar o que vai fazer no futuro? Não estou assumindo cargo", frisou.

Moro falou que a declaração do vice-presidente eleito Hamilton Mourão, de que foi sondado para ocupar a pasta durante a campanha, procede. "Fui procurado pelo Paulo Guedes no dia 23 de outubro. Ele me trazia uma sondagem acerca do meu interesse de compor o governo. Adiantei meu entendimento sobre esse tema e disse que só poderia tratar depois das eleições. Mais ou menos declinei a ele o que seria necessário, qual tipo de proposta", contou.

**CONTINUA**

“Em seguida houve, depois das eleições o convite público e o encontro em 1º de novembro, onde conversamos mais longamente sobre esse convite”, prosseguiu. O juiz lembrou ainda do episódio em que ignorou o presidente eleito no aeroporto, em 2017. “Eu não o reconheci e não o cumprimentei. Posteriormente houve exploração de seus adversários políticos desse encontro. Tomei liberdade de ligar para ele e pedir desculpas. Foi uma conversa muito rápida e não mais que isso”.

### **LULA E PALOCCI**

O futuro ministro rechaçou a tese de que tenha recebido uma espécie de “recompensa”, após decidir pela prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), no caso do triplex do Guarujá. Barrado devido à Lei da Ficha Limpa, o petista liderava a disputa presidencial. “Minha decisão foi tomada em 2017, sem qualquer perspectiva de que o então deputado federal fosse eleito presidente da República”.

De acordo com ele, Lula foi condenado a 12 anos e um mês de detenção e preso porque cometeu um crime, e não por causa das eleições. “Não posso pautar minha vida num alibi falso de perseguição política”. O magistrado garantiu, da mesma forma, que não usará o cargo para perseguição política. “Na Lava Jato, pessoas foram condenadas com base em provas robustas. Todos têm direito a igual proteção da lei”.

Em relação à quebra do sigilo da delação do ex-ministro Antonio Palocci e ao

adiamento do depoimento de Lula, Moro afirmou que ambas as decisões seguiram o histórico da Operação, de dar aos fatos e às provas o máximo de publicidade. “Quando se divulga notícia falsa em eleição, é fake news. Quando a notícia é verdade, isso é direito à informação”.

O juiz foi indagado, ainda, se Bolsonaro chegou a lhe prometer a indicação ao STF (Supremo Tribunal Federal), quando a vaga for aberta, possivelmente em 2020, com a aposentadoria de Celso de Mello. “Não estabeleci condições para assumir o Ministério. Conversei com o presidente eleito sobre uma pauta de convergências. Não há no momento uma vaga aberta no STF”.

07 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Juiz chama Bolsonaro de ponderado e garante: ninguém será 'protegido'

66

*Há situação de declarações pretéritas, mas estamos olhando para o futuro"*

Curitiba - O futuro ministro da Justiça minimizou as suspeitas envolvendo aliados do presidente eleito. O deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que deve comandar a Casa Civil, é acusado de receber doação em forma de caixa 2 pela empresa JBS. Já Paulo Guedes, que ocupará a superpasta da Economia, é alvo de uma investigação na Procuradoria da República no Distrito Federal, que apura fraudes na gestão de fundos de pensão por ele administrados.

"Eu desconheço essas investigações. Do que tenho notícia, me parecem muito incipientes. Não posso afirmar se têm consistência. Na atual fase não é possível emitir qualquer juízo de valor. Mas Guedes me pareceu uma pessoa bastante dedicada e competente", afirmou Sergio Moro. Sobre Lorenzoni, disse ter "grande admiração". "Ele foi um dos poucos defensores do projeto das dez medidas contra a corrupção na Câmara". Ainda de acordo com o juiz, ninguém vai ser "protegido de nada". "Não vou adotar posturas de governos anteriores de interferir em possíveis investigações".

Para o magistrado, as declarações de Bolsonaro em relação às comunidades negra e LGBT, bem como a oposição, caso do "vamos fuzilar a petralhada", ficaram no passado. Ele repetiu algumas vezes que considera o presidente eleito uma pessoa "moderada" e "ponderada". "Há uma situação de declarações pretéritas, mas estamos olhando para o futuro. Quais são as propostas concretas do governo que, por exemplo, afetam ou ofendem minorias? Não tem no presente nenhuma."

Segundo Moro, se surgir "alguma proposta governamental" que seja mais discutível nesse aspecto, é plenamente possível abrir o debate. "Existe alguma política persecutória contra homossexuais ou homoafetivos? Não existe a possibilidade de isso acontecer. É zero", assegurou. O juiz também afirmou que não tem nenhuma pretensão de seguir carreira eletiva. (M.F.R.)

07 NOV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### **PGR envia mandado contra decisão que soltou Richa**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, propôs mandado de segurança contra decisões do ministro Gilmar Mendes que revogaram prisões provisórias do ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), e de outros investigados da Operação Radiopatrulha, além de outras pessoas que pediram a extensão da medida.

Concedidos de ofício, os habeas corpus foram analisados pelo ministro em decorrência de ter sido ele o relator da Arguição por Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF) 444, que resultou na proibição da condução coercitiva. Os pedidos da PGR são para que sejam cassadas as decisões já dadas tanto na ADPF 444 quanto na Reclamação 32.081, sejam restabelecidas as ordens de prisão e para que Gilmar Mendes fique impedido de analisar outros habeas que tenham como fundamento a ADPF. As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

A Radiopatrulha aponta Beto Richa como principal envolvido em suposto esquema de desvios de verbas públicas em contratos de manutenção de estradas rurais do Paraná. O tucano nega enfaticamente a prática de ilícitos. Beto Richa foi preso em setembro, por ordem da Justiça estadual do Paraná. Gilmar o soltou alguns dias depois.

07 NOV 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

**Ministério.** Futuro ministro de Bolsonaro, juiz pretende criar forças-tarefa para combater o crime organizado; ele confirma que deve levar 'nomes' da operação para integrar sua equipe

# Moro quer levar modelo da Lava Jato para Justiça

**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

**Fausto Macedo**

O juiz Sérgio Moro, futuro ministro da Justiça e da Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro (PSL), disse ontem que em sua gestão na pasta pretende criar forças-tarefa ao estilo da Operação Lava Jato para combater o crime organizado no País. Em entrevista na sede da Justiça Federal em Curitiba – a primeira concedida após anunciar que aceitava o convite do presidente eleito –, Moro afirmou que pretende “avançar na pauta do enfrentamento não apenas à corrupção como ao crime organizado”.

Para integrar sua equipe na pasta, já chamada de superministério por retomar o controle da Polícia Federal e outros órgãos de controle, Moro confirmou que vai convidar “nomes da Lava Jato”, conforme antecipou o Estado. “Preto chamar pessoas absolutamente qualificadas e nomes da Lava Jato”, disse.

“Nova York, na década de 1980, combateu cinco famílias poderosas por meio da criação de forças-tarefa. O FBI, em con-

junto com as Promotorias locais ou federais, logrou desmantelar organizações”, afirmou o juiz federal.

A Lava Jato, deflagrada em março de 2014, atacou um esquema de corrupção e cartel instalado na Petrobrás. A operação reuniu a PF, a Procuradoria da República e a Receita Federal, em alto grau de entrosamento com a Justiça – compreendeu até o momento 53 fases ostensivas e levou à prisão empreiteiros, doleiros, políticos e ex-dirigentes estratégicos da estatal petrolífera. A operação, que gerou desdobramentos pelo País, porém, foi alvo de críticas, especialmente de juristas e criminalistas.

**FACÇÕES CRIMINOSAS.** Moro disse que a ideia é neutralizar os líderes das facções criminosas, isolando-os nas prisões. “Desenvolver uma política agressiva, não violenta, evidentemente”, afirmou o futuro ministro. Moro aposta na ampliação das bases de dados das instituições policiais.

**PRISÃO APÓS 2ª INSTÂNCIA.** Moro disse que defenderá a manutenção da execução da pena em segunda instância e disse considerar um projeto de lei para garantir a medida na legisla-

### ● Lula

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, decidiu que caberá à Segunda Turma da Corte analisar habeas corpus do ex-presidente. A defesa do petista quer a nulidade de sua condenação.

ção. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, determinada pela última vez em 2016, levou para a prisão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do Guarujá (SP) após a condenação pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4). “Na posição de ministro da Justiça, irei defender publicamente a posição de que o Supremo deve manter esse precedente”, afirmou.

**PROPOSTAS.** O futuro ministro disse que sua intenção “é apresentar uma série de propostas legislativas para aprimorar o quadro legal contra corrupção e crime organizado”. Ele destacou que pretende resgatar parte das propostas das 10 Medidas contra a Corrupção do Ministério Público. “A ideia é que essas reformas sejam propostas simples e possam ser aprovadas em um breve tempo.” Também planeja propor alteração de regras de prescrição dos crimes. Moro defendeu “a proibição de progressão de regime prisional quando houver prova de ligação do preso com organizações criminosas”.

**CONTINUA**

# 07 NOV 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**USO POLÍTICO.** Moro disse que “não existe a menor chance de utilização do ministério ou da polícia para perseguição política”. “Não foi feito isso durante a Operação Lava Jato, as pessoas foram condenadas com base nos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa e com base em provas robustas, e não com base em suas opiniões políticas. Não vai ser no ministério que eu vou começar a realizar isso.”

**MAIORIDADE PENAL.** Ele disse ser pessoalmente a favor da redução da maioridade penal, uma das bandeiras de área de segurança pública de Bolsonaro. Segundo o magistrado, “há um sentimento plural na sociedade” de que a compreensão de crimes graves, como crimes contra a vida, lesões corporais e estupro, “precisam ter um tratamento diverso”. “Para esses crimes, um adolescente acima de 16 anos tem plenas condições de responder pelos seus atos.”

**INGRESSO NA POLÍTICA.** Moro negou que tenha mudado de opinião ao aceitar a participação no futuro governo (*mais informações nesta página*). “Não contrariei afirmação que fiz há alguns anos ao Estado de S. Paulo, de que jamais entraria para a política. Na minha perspectiva, na minha visão, eu sigo para fazer um trabalho eminentemente técnico, um trabalho técnico de um juiz a cargo desse ministério específico. Não tenho nenhuma pretensão a concorrer a cargos eleitorais, a subir em palanque. Mas, claro, que no ministério haverá diálogo com outras instituições e, em especial, com o Congresso, e isso é política.”

**BOLSONARO.** Moro disse que considera o presidente eleito “uma pessoa moderada”. “O presidente eleito, inclusive, moderou o discurso nas eleições e tem em suas manifestações recentes apresentado esse discurso mais moderado. Não vejo em nenhum momento um risco para a democracia e ao estado de direito”, disse. “Existem alguns receios, ao meu ver, infundados. E a minha presença no governo pode ter um efeito salutar de afastar esses receios infundados, afinal de contas eu sou um juiz, sou um homem de lei, então, eu jamais admitiria qualquer solução que fosse fora da lei. Como também o presidente eleito.”

**TRANSIÇÃO.** Moro afirmou que já conversou com o atual ministro da Justiça, Torquato Jardim, e com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. Hoje, ele vai a Brasília pela primeira vez para reuniões no escritório de transição do governo Bolsonaro e no Ministério da Segurança.



07 NOV 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### Conversa com Guedes foi antes do 2º turno, diz juiz

Nã ocasião, Moro afirmou que trataria do convite após a eleição; PT aciona CNJ para apurar escolha do magistrado para pasta

O juiz federal Sérgio Moro disse ontem que foi sondado por Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, no dia 23 de outubro – durante a campanha eleitoral – sobre a possibilidade de ocupar um cargo no governo de Jair Bolsonaro (PSL). Moro afirmou, porém, que não acertou nada. “Argumentei que poderia tratar de eventual convite após as eleições”, afirmou Moro, em coletiva realizada em Curitiba.

O juiz disse também que o convite não tem “nada a ver” com o processo que envolve o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde 7 de abril em Curitiba. De acordo com Moro, o processo de Lula foi julgado por ele em 2017, quando “não havia qualquer expectativa de que o então deputado Bolsonaro fosse eleito presidente”.

“O ex-presidente foi condenado e preso porque cometeu um crime e não por causa das eleições”, afirmou o juiz, que na abertura da entrevista fez uma longa explanação sobre os motivos que o levaram a dizer “sim” ao convite de Bolsonaro.

O futuro ministro da Justiça ainda negou que tenha havido um “vazamento proposital” de um trecho da colaboração premiada de Antonio Palocci durante a eleição presidencial. “Quando se divulga notícia falsa em eleição, é fake news. Quando é verdade, isso é direito à informação.”

O juiz justificou a divulgação, feita no dia 1º de outubro, alegando que havia um processo no qual ele precisava proferir uma sentença após Palocci ter fechado delação com a Polícia Federal. “Não tinha sequer o direito de, por conta das eleições, deixar de tornar públicos aqueles fatos quando havia necessidade do processo.”

Parlamentares do PT acionaram ontem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que seja apurada a escolha do juiz para assumir a pasta. O partido também pediu ao corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que Moro seja impedido de assumir outro cargo público até o CNJ concluir a investigação de sua conduta no episódio. O conselho já apura a atuação de Moro em alguns episódios, como a divulgação parcial da delação premiada de Palocci.

A bancada petista vai pedir via Lei de Acesso à Informação a agenda completa de Moro desde o início da disputa eleitoral. O PT quer saber se o futuro ministro teve outros encontros com integrantes da equipe de Bolsonaro antes da reunião com Paulo Guedes no dia 23 de outubro.

“O fato é que eles se encontraram antes das eleições. Queremos a publicidade da agenda do juiz desde o início da eleição. Todos os atos praticados nesse período tiveram repercussão eleitoral”, disse o deputado Paulo Teixeira (PT-SP). / RICARDO GALHARDO, MATEUS FAGUNDES, LUCIANA DYNIEWICZ, DANIEL WETERMAN, DANIEL GALVÃO, RAFAEL MORAES MOURA e TEO CURY

# O ESTADO DE S. PAULO

VERA  
MAGALHÃES

## A mitologia de Moro

07 NOV 2018

**A**o justificar sua saída da magistratura para assumir o Ministério da Justiça como uma maneira de evitar que se repita com a Lava Jato o que ocorreu com a Operação Mãos Limpas, da Itália, Sérgio Moro mostra apuro em técnica de roteiro e fecha o seu “arco narrativo” com maestria e coerência.

A congênere italiana da Lava Jato sempre foi uma obsessão de Moro, que a estudou com afinco e usou seus passos para nortear os da investigação brasileira e até se antecipar a tentativas do sistema político de se recompor diante da avalanche de investigações.

O risco de que as conquistas se perdessem também sempre esteve presente nas declarações de Moro. Evocar o exemplo da Mãos Limpas, portanto, confere o caráter de “jornada do herói” ao movimento – que foi visto por muitos como uma mundana concessão de Moro à política.

A mesma preocupação em manter o nexo narrativo aparece na estudada preocupação de Moro de pontuar uma a uma suas diferenças em relação a Jair Bolsonaro: respeito e reconhecimento à importância da imprensa, defesa de ações não letais da polícia e a declaração de que há que se governar para maiorias e minorias foram exemplos claros deste recurso.

Assim, o futuro ministro demonstra que vai se esforçar para manter acesa sua própria mitologia, que corre em trilho paralelo à do futuro chefe. Se ambas serão conciliáveis ao longo e quatro longos anos, e se o epílogo da epopeia de Moro será a política ou o STF, ainda é cedo para dizer.

### Hostilidade de Bolsonaro a Raquel Dodge deflagra sucessão

A hostilidade de Jair Bolsonaro em relação a Raquel Dodge, que ficou patente na solenidade dos 30 anos da Constituição, nesta terça-feira, deflagrou a bolsa de apostas da sucessão na Procuradoria-Geral da República, em 2019. No MPF, a polarização entre petistas e antipetistas foi exacerbada na campanha, com muitos procuradores mandando às favas o pudor institucional e fazendo campanha aberta. Como não existe exigência constitucional de que para o comando do órgão seja escolhido um subprocurador (só a praxe), há apostas de que Bolsonaro pode ousar e indicar um procurador como Ailton Benedito, de Goiás, defensor das pautas conservadoras, próximo ao grupo do presidente e atuante nas redes sociais. Na mesma linha, é citado o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, pela proximidade com Sérgio Moro. Entre os procuradores, aliás, a dúvida é sobre se o futuro ministro da Justiça defenderá que Bolsonaro acolha a lista tríplice da categoria.

## COLUNA DO ESTADÃO

» **Estratégia.** O ministro Edson Fachin deve encaminhar menos casos da Lava Jato para o plenário, deixando-os na Segunda Turma, avaliam integrantes do STF. Com Cármen Lúcia na turma, aumentam as chances de ele sair vitorioso em julgamentos da operação.

» **Recado.** No prefácio do livro *Corrupção*, de Roberto Livianu, Sérgio Moro diz ser importante examinar as leis de licitação, concessões e contratações de servidores públicos a fim de coibir desvios. “Um ponto fundamental é a lei eleitoral.”



» **SINAIS PARTICULARES.** Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal

BEMPARANÁ 07 NOV 2018

# Moro nega relação entre convite para ministério e prisão de Lula

Juiz da Lava Jato diz que condenação de ex-presidente “não tem nada a ver” com indicação

Narley Resende

O juiz federal Sergio Moro, ex-responsável pelas decisões em primeira instância da Operação Lava Jato em Curitiba, afirmou ontem, em primeira entrevista coletiva após ter aceitado convite do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para comandar o Ministério da Justiça no novo governo, que sua nomeação não tem relação com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mesmo antes de ser questionado, Moro disse em suas considerações finais que quando condenou Lula não havia perspectiva de que Bolsonaro viesse a ser eleito presidente. “Isso não tem nada a ver com o processo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi condenado e preso porque ele cometeu um crime, e não por causa das eleições. (...) Sei que alguns eventualmente interpretaram a minha ida como uma espécie de recompensa, algo equivocado, porque a minha decisão (de condenar Lula) foi tomada em 2017, sem perspectiva de que o deputado federal fosse eleito presidente”, afirmou.

“Eu não posso pautar minha vida com base numa fantasia, num alibi falso de perseguição política”, afirmou. Moro argumentou que a condenação de Lula em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), corroborou sua decisão e que não foi ele o responsável pela decisão da prisão. “Apenas cumpri uma determinação”, disse.



Franklin de Freitas

Sérgio Moro: “Não posso me pautar num alibi falso”

## Supremo

A defesa de Lula pediu habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal (STF) fundamentado no fato de o juiz ter aceitado o convite para assumir o cargo no governo Jair Bolsonaro. Segundo a defesa, Moro mantinha contato com a alta cúpula da campanha do presidente eleito durante o período eleitoral. O juiz afirmou na entrevista coletiva que as decisões que tomou no período eleitoral, como a de adiar o depoimento de Lula anteriormente agendado, foram tomadas de forma pública e que os motivos foram técnicos. “Os depoimentos achei que poderiam ter uma exploração política indevida, em especial, eu tive presente que poderia haver um risco por conta do depoimento do ex-presidente Lula porque em todos os depoimentos anteriores houve uma convocação de militantes partidários para dar

uma espécie de suporte político ao ex-presidente e num ambiente polarizado de eleições poderia haver até confrontos entre militantes de um lado e de outro”, justificou.

## Delação

Moro também negou que tenha tido alguma motivação política ao derrubar, no dia 1º de outubro, a seis dias do primeiro turno da eleição, o sigilo da delação do ex-ministro Antonio Palocci, cujos principais alvos são Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff (PT). O juiz justificou que derrubou o sigilo da delação porque as informações do acordo porque partes do processo pediram que a delação fosse anexada. “Eu não tinha o direito de, por conta das eleições, deixar de tornar públicas aquelas informações”, afirmou. Moro confirmou ter sido pro-

curado pelo economista Paulo Guedes, futuro ministro de Bolsonaro, no dia 23 - cinco dias antes do segundo turno - para sondar seu interesse em compor o novo governo. “Adiantei para ele qual era meu entendimento sobre o tema. Disse que só poderia tratar disso depois das eleições, um eventual convite”, confirmou.

## Lava Jato

O juiz afirmou que ao aceitar o cargo de ministro da Justiça do governo Bolsonaro não contraria sua posição declarada de não ingressar na política. “Sei que é uma decisão controvertida, gerou crítica pela imprensa, até em veículos internacionais. Tomei a melhor decisão para buscar a consolidação dos avanços contra a corrupção e não correremos riscos de retrocesso”, defendeu.

Sobre o risco de afetar a credibilidade da Lava Jato ao aceitar o cargo político, Moro disse que temia pelos avanços da operação. “Passei os últimos quatro anos na Lava Jato, com todo o impacto que ela teve, pensando que chegaria o dia em que a mesa seria virada e que tudo o que foi feito poderia ser reduzido a pó. Talvez fosse um temor equivocado, mas era uma possibilidade iminente. De repente se vê a oportunidade de, em Brasília, poder fazer algo relevante”, disse. “Achei que era uma oportunidade que eu não deveria abrir mão. Haveria outras pessoas (com agenda semelhante)? Talvez. Mas a oportunidade foi colocada para mim”, disse.

07 NOV 2018

# BEMPARANÁ

#PANOS QUENTES

## Juiz minimiza 'caixa dois' de Lorenzoni

O juiz foi questionado sobre a presença no governo Bolsonaro de políticos investigados e condenados, inclusive entre indicados para ministérios, incluindo Paulo Guedes, investigado por crime financeiro, e o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM), que admitiu em 2017 ter recebido R\$ 100 em caixa dois da JBS. Após repetir confirmar na entrevista que julga o crime de caixa dois “mais nocivo” em termos de corrupção que o quando agentes públicos irriqueciam ilicitamente. “Nesse caso de financiamento fraudulento é até pior que o primeiro caso porque afeta o jogo político democrático”, lembrou. Depois disso, Moro defendeu seu novo colega de governo. “Eu, na verdade, tenho uma grande admiração pelo deputado federal Onyx Lorenzoni. (...) Foi um dos poucos deputados que defenderam a aprovação daquele projeto das 10 medidas mesmo sofrendo ataques severos da parte de seus colegas. Quando aquele projeto foi totalmente desfigurado, ele era uma figura até desalentada pelo tanto que ele lutou pela aprovação daquele projeto naquele momento”, conta.

Sobre o caso de caixa dois em si, Moro afirmou que o deputado já se desculpou. “Quanto a esse episódio do passado, ele mesmo admitiu seus erros e pediu desculpas e já tomou as providências para repará-lo”, defendeu.

# BEMPARANÁ

JONATAS PIKIEL

#A CONDUTA É O DIREITO PENAL

07 NOV 2018

## O Processo a cargo da juíza Gabriela Hardt

Não com frequência, juízes são confrontados com situações processuais que desafiam a sua capacidade para o exercício para a magistratura, uma das mais, senão a mais, delicada das carreiras de estado. Com o licenciamento do juiz Sérgio Moro da 13ª. Vara Federal de Curitiba, onde tramitam os processos da “Operação Lava-jato”, a juíza substituta, caso ocorra a audiência do próximo dia 14 de novembro, Gabriela Hardt, será responsável pela oitava do ex-presidente acusado de ter o proprietário do famoso “sítio de Atibaia”, que teria sido adquirido com recursos do maior caso de corrupção da nossa história.

Consta a acusação que o ex-presidente Lula, que já cumpre pena de 12 anos e 1 mês, teria adquirido o sítio em 2010, por meio de intermediários, ao preço de 1,5 milhões. Utilizando-se de recursos originários de propina. A defesa contesta a acusação do Ministério Público Federal e afirma que ele não é dono do sítio, apenas frequentava o local, que está registrada em nome de Fernando Bittar e Jonas Leite Suassuna. Os dois são sócios do filho de Lula, Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha.

Consta das investigações que: “...entre 2010 e 2014, o ex-presidente teria recebido pelo menos R\$ 770 mil “sem justificativa econômica lícita” do pecuarista José Carlos Bumlai, seu amigo pessoal, e das empresas Odebrecht e OAS, ambas apontadas como beneficiárias pelo esquema de corrupção na Petrobras...”, e que: “...teria determinado que parte da própria mudança, quando deixou a Presidência, fosse encaminhada ao local, para onde foi, “com expressiva frequência”, nos últimos anos... e que pelo menos R\$ 770 mil teriam sido gastos em reformas e móveis nos sítios... Bumlai e Odebrecht se encarregaram da obra e a OAS teria adquirido móveis no valor de aproximadamente R\$ 170 mil para a cozinha, comprados no mesmo estabelecimento onde a construtora já havia adquirido móveis para o triplex no Guarujá.

Além deste processo em instrução, Lula responde a outra ação penal, aguardando sentença sob a acusação de ter recebido propina da Odebrecht na compra de um terreno para o Instituto Lula. De forma que a situação do ex-presidente encontra-se muito complicada...

07 NOV 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Fachin envia pedido de liberdade de Lula para 2ª Turma

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu enviar para a Segunda Turma da Corte o mais recente pedido de liberdade feito pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, protocolado ontem (5).

Em despacho publicado nesta terça-feira (6), Fachin deu cinco dias de prazo para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e a 13ª Vara Federal de Curitiba prestem esclarecimentos sobre o caso. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) terá o mesmo tempo para se manifestar.

Somente após todo esse trâmite o habeas corpus deve ser analisado pelos ministros que compõem a Segunda Turma



Fachin quer que ministros da segunda turma julguem Lula

– além de Fachin, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Celso de Mello.

No pedido, a defesa de Lula volta a suscitar a suspeição do juiz Sergio Moro para julgar Lula. Os argumentos foram reforçados após o magistrado ter aceitado o cargo de ministro da Justiça no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. ●

### PGR entra com nova ação para prender Richa

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com uma nova ação para tentar derrubar decisão do ministro Gilmar Mendes que soltou o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). O documento foi protocolado na segunda-feira (5) e divulgado nesta terça (6).

Em setembro, Gilmar Mendes mandou soltar Richa, que havia sido preso pela Justiça estadual do Paraná sob suspeita de



Richa foi solto por um despacho de Gilmar Mendes

ANPR

integrar esquema de propina, direcionamento de licitações de empresas, lavagem de dinheiro e obstrução de Justiça.

A soltura foi determinada dentro de ação na qual o Supremo considerou ilegal a realização de condução coercitiva (quando o acusado é levado a prestar depoimento mesmo contra vontade). Segundo a defesa, a prisão dele foi um substituto da condução coercitiva. ●

07 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

# Moro promete nova estratégia contra crime organizado

## Juiz diz que usará mesmo método da Operação Lava Jato

O juiz federal Sergio Moro disse nesta ontem que atuará no comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir de 2019, utilizando o modelo da Operação Lava Jato para combater o crime organizado e que vai trabalhar sem "perseguição política". Moro afirmou ainda que recebeu a sondagem para participar do governo Bolsonaro em 23 de outubro, antes do segundo turno.

Durante mais de uma hora e trinta minutos, em Curitiba, Moro concedeu a primeira entrevista coletiva desde 2014, quando assumiu a operação. Antes de os repórteres começarem as perguntas, o juiz fez um histórico da operação e



AFP

■ Moro falou a jornalistas pela primeira vez desde a sua indicação

disse ter aceitado o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para implantar no governo federal uma "forte agenda anticorrupção" e "contra o crime organizado".

Moro afirmou ter aceitado o ministério para implantar "uma forte agenda anticorrupção" e "contra o crime organizado". Segundo ele, a ideia é re-

plicar no ministério as forças-tarefas adotadas na Operação Lava Jato. Ele cita como exemplo a atuação do FBI no combate às máfias em Nova York. ●

### MORO NA TRANSIÇÃO

O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, deve integrar a equipe de transição de governo, informou ontem a assessoria do gabinete de transição. Até então responsável pelos processos da Lava Jato no Paraná, Moro aceitou na semana passada o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro para comandar o Ministério da Justiça a partir de 2019. O juiz está em férias até 21 de novembro e terá de pedir exoneração para integrar a equipe de transição. Isso porque a assessoria informou que a nomeação dele será publicada no "Diário Oficial".